

PESQUISA PULSO BRASIL FIESP/CIESP

ENERGIA

AGOSTO/2011

Esta pesquisa tem como objetivo levantar informações sobre a percepção dos entrevistados acerca da energia elétrica no país. A Pesquisa foi realizada em âmbito nacional entre os dias 22 e 31 de julho de 2011 considerando uma amostra de 1.000 pessoas. A pesquisa classifica a sua amostra por sexo, faixa etária, grau de instrução, classe social, regiões do país e faixas de renda mensal familiar, o que permite uma melhor compreensão das respostas dos entrevistados, visto que cada característica exposta acima representa diferentes realidades.

Ao serem questionados sobre o **preço da energia elétrica** do país:

- 74% dos entrevistados afirmaram que o preço é alto,
- 18% afirmaram que o preço está adequado,
- 6% afirmaram que o preço está baixo,
- 1% não soube ou não quis responder.

Ao observar as respostas por características específicas dos entrevistados, nota-se que 11% dos entrevistados da região nordeste considerou que preço pago pela eletricidade é baixo, 19% considerou que é adequado e 68% afirmou que o preço é elevado, resultado este que distancia das demais regiões do país que seguiu a tendência do resultado geral da pesquisa.

Os participantes da pesquisa foram convidados a responder sim ou não a hipótese de que se eles pudessem **trocar de operadora de energia**, assim como pode ser feito em operadoras de celulares, mantendo a qualidade do serviço e obtendo um preço mais baixo, se eles o fariam:

- SIM: 72%
- NÃO: 23%
- Não sabe/não respondeu: 5%

Das faixas etárias pesquisadas, começando em 16 anos, 31% dos entrevistados na faixa de 60 anos ou mais afirmou que não trocaria de operadora de energia. A região do país menos propensa a realizar a troca foi a sudeste, onde 27% dos entrevistados não mudariam de operadora. E, por fim, 29% dos entrevistados com faixa de renda mensal

familiar de R\$ 501,00 e R\$ 1.000,00 também não realizariam a troca de operadora de energia mesmo que mantivesse a mesma qualidade e diminuísse os preços.

Para justificar as próximas questões da pesquisa é necessário compreender a situação atual do setor elétrico. No Brasil, 77% de toda a energia produzida vem de usinas hidrelétricas, a fonte mais barata que existe. Mas a construção das usinas e sistemas de transmissão e distribuição é um investimento bilionário. Para viabilizar essa construção, o governo faz contratos de concessão com empresas e o investimento é recuperado cobrando-se um valor adicional nas contas de luz. Portanto, quem paga pela construção do sistema elétrico é o consumidor. As contas são mais altas no período de amortização. Porém, passados 35 anos, limite máximo definido pela lei para a recuperação do investimento, a tarifa tem que baixar. A lei atual não permite novas prorrogações e determina que sejam feitos leilões para novos períodos de concessão. O Brasil está diante de uma oportunidade: a partir de 2015, terminam os contratos de 82% das linhas de transmissão, de 40% da distribuição e de 112 usinas hidrelétricas (28% da geração). Os novos leilões devem ser realizados pelo critério de menor tarifa. Com a realização de novos leilões para os contratos que vencerão a partir de 2015, estima-se que a economia para os consumidores poderá chegar a 30 bilhões de reais por ano.

Diante do que foi exposto, procurou-se dimensionar qual a parcela da população que possui a **ciência do vencimento dos contratos de prestação de serviço das empresas de eletricidade**. E, 87% dos entrevistados não tinham conhecimento deste fato, e apenas 12% conhecia, e 1% não soube ou não quis responder. Quando se observa esta resposta pelas características específicas dos entrevistados, tem-se que 22% daqueles que possuem superior completo ou mais tinham conhecimento do vencimento dos contratos do setor de energia elétrica, e 20% dos entrevistados pertencentes às classes AB também já sabiam do fato.

Este resultado é preocupante, porque desta forma o governo não sofrerá a pressão da sociedade para efetivamente cumprir a lei e realizar novos leilões, realizando sem maiores cuidados a renovação automática dos contratos, que é a vontade das empresas. Isto manterá o preço da energia no mesmo patamar e privará a população de uma economia considerável, recursos tais que poderiam ser destinados para outros fins que dinamizaria a atividade econômica do país.

Por fim, foi explicado aos entrevistados que em 2015 os contratos das empresas de energia iriam vencer, e que estas queriam uma renovação automática dos contratos, e perguntou-se qual seria a melhor opção, as resposta foram:

- 82% assinalou que o governo deve fazer uma escolha por meio de leilões, no qual ganha a empresa de eletricidade que oferecer a maior queda de preços, com manutenção da qualidade, como determina a lei atual;
- 10% indicou que os contratos deveriam ser renovados automaticamente, ao contrário do que determina a lei atual e
- 8% não soube ou não respondeu.

Ao analisar os resultados por região, 19% dos entrevistados da região sul respondeu que os contratos deveriam ser renovados automaticamente, o que destoa do resultado geral da pesquisa exposto anteriormente. Já dentre os entrevistado com superior completo ou mais, 92% afirmaram que o governo deve optar por realizar novos leilões como determina a lei.